

---

# Reflexões sobre a não vidência e a virtualidade

Felipe MOREIRA<sup>1</sup>

**Resumo:** Buscamos, neste artigo, trazer as reflexões interseccionais para compreender o fenômeno das chamadas “deficiências” em um sentido que vá além de uma suposta debilidade física e/ou mental. Muito mais do que um marcador social definidor de experiências relacionais e políticas homogêneas, a “deficiência”, percebida como um aleijamento (ou de origem crônica) onde alguém perde uma ou mais de suas propriedades físicas “inatas”, é um terreno ainda inexplorado dentro de nossa experiência acadêmica. Refletimos, neste trabalho, sobre as proximidades e distanciamentos que a perspectiva interseccional possui com os chamados “estudos sobre a deficiência” (*disability studies*) e sobre a teoria *crip*, enquanto não só um projeto acadêmico, mas uma proposta de guinada epistemológica diante das nossas cosmologias habilitistas.

**Palavras-chave:** Não-vidência. Virtualidade. Imaginação.

---

<sup>1</sup> **Felipe Moreira.** Doutorando em Antropologia Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF) – bolsista CAPES. Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). *E-mail:* <pileef@gmail.com>.

## Reflections about sightlessness and virtuality

Felipe MOREIRA

**Abstract:** This paper seeks to bring intersectional reflections to comprehend the phenomenon so-called “disabilities” in a way going beyond its supposedly physical and-or mental disabilities. Much more than a social marker defining relational experiences and homogeneous politics, “disability” perceived as a cripple person when someone loses one or more of his “innate” physical properties, it is a still unexplored terrain in our academic experience. Throughout this paper, we have been reflecting about the proximities and distances the intersectional perspective has with the named “disability studies” and about crip theory. However, this has not just been done as an academic project but as an epistemological yaw against our ableism cosmologies.

**Keywords:** Sightlessness. Virtuality. Imagination.

---

## 1. INTRODUÇÃO

Não é incomum que a mídia e alguns institutos de pesquisa busquem causar alarde em relação ao tempo que, principalmente jovens, passam na internet (JESUS, 2009). Apesar das preocupações justificáveis em relação à ergonomia, problemas oftalmológicos ou privação do sono e fome, existe uma falsa preocupação que a socialização *online* poderia prejudicar uma socialização “verdadeira”, *offline*, junto a pessoas “reais”. Há nesta preocupação dois problemas: a descaracterização da internet como um espaço de socialização legítimo e o subentendimento de que se busca uma “vida *online*” para fugir da vida real. A segunda afirmação pode até ser verdade em alguns casos, mas a questão é mais complexa do que esta simples afirmação daria conta de responder. Se pensarmos de fato na constituição e uso desses espaços ditos “virtuais”, em contraposição aos reais, veremos que ambos operam por similaridades configuracionais e atendem a desejos e anseios bastante parecidos.

Buscamos aqui pensar sobre a divisão conceitual entre real/virtual, como cada espaço funciona e como as pessoas o utilizam. Pensar também o porquê dessa dicotomia hierárquica pode nos ajudar a compreender o aspecto geracional desse uso e dos receios ou anseios que cada geração possui em relação a ambos espaços. A perspectiva de que os jovens fogem à realidade em busca de um mundo *online* não é completamente real, como buscaremos problematizar. Por fim, trazemos a experiência da não vidência como um contraponto para criticar essa divisão dicotômica entre o real e o virtual.

## 2. A REALIDADE, A VIRTUALIDADE E O SOCIAL: COMO SE RELACIONAM?

Não é apenas a internet que pode ser pensada como um espaço virtual. Segundo o dicionário Michaelis (s.d.), “virtual” significa: que não existe como realidade, mas como potência; um espaço que equivale a outro; um espaço sem efeito atual; algo possível. Ao

mesmo tempo em que essas definições se contradizem, definem também etapas ao que é real ou virtual. Como se o virtual fosse precedente ao real, mas ao mesmo tempo é um nada, já que não possui efeito... Se não tem efeito, não é mensurável. Como pode então ser o que leva ao real? Ao mesmo tempo é potência, pode desencadear algum efeito físico, prático, mensurável, mas pode também não ter efeito algum. Assim, já fica estabelecida uma relação (contraditória, aparentemente) entre o virtual e o real: sendo o primeiro algo que pode impulsionar (ou não) ações no reino do segundo, um conceito disforme, mas que, dependendo das circunstâncias, pode se efetivar em “realidade”. O virtual é um *dever* instável da realidade, mas não há como negar que, se o virtual tem alguma possibilidade de concretização, ele então se relaciona com as pessoas e as pessoas se relacionam com ele. Afinal, esse contexto que pode ocasionar a realidade no virtual precisa de interação social e espacial com e entre as pessoas.

Um exemplo de como essa contradição entre o real e o virtual existe pode ser encontrada em nossos próprios estudos acadêmicos sobre marcadores sociais. Para Crenshaw (1993), os estudos interseccionais buscam dar conta da “realidade” da vida das pessoas da forma mais complexa possível, pensando os diferentes marcadores relacionais (raça, classe, gênero, idade etc.) e como estes se cruzam, interagem e se entremeiam na dinâmica social entre/das pessoas.

Mas como fazem isto? Buscam compreender a dimensão das pessoas por meio de conceitos, em teoria, “virtuais”. Afinal, não se pode “mensurar” fisicamente o gênero de alguém... Pode-se compreender o efeito “real” que uma construção virtual – como é o caso do gênero, demonstrado por Mead (1979<sup>2</sup>), pode ter na vida das pessoas. Ao mesmo tempo que o gênero ou a raça ou a classe, em si, não tenham efeito algum em nossa sociedade, na medida que esses marcadores estão inseridos em uma estrutura social específica, começam a gerar efeitos e definir os traços das relações entre as pessoas de formas diferentes, nem sempre positivas.

---

<sup>2</sup> Sua etnografia entre três diferentes grupos mostra como eram diversas as concepções de gênero em cada uma delas. Ou seja, o gênero não existia por si ou então seria o mesmo entre as três, o que não foi observado pela antropóloga.

Ao mesmo tempo, para pensarmos formas de embaralhar os conceitos de real e virtual, podemos pensar a ideia de realidade como algo a ser concretizado também. Se o gênero de alguém pode não significar algo, mas pode gerar algum efeito se entrar em relação com algum contexto maior, a realidade em si também necessita de algum mecanismo a desenvolvê-la. Afinal, o que pode uma pessoa (sem um gênero, sem uma raça, sem uma classe, sem uma nacionalidade etc.) sem ser impulsionada pelos conceitos virtuais ditos acima? Sem desejos ou impulsos, sem uma racionalidade à lá Weber para levá-la a obter algo, o que iria fazer? Seria para sempre uma potência. A realidade sem uma potência concreta é tão inócua quanto uma virtualidade sem uma realidade para desembocar.

Douglas (1973, p. 91) acredita que só pode existir significado quando há relação (conflituosa) entre nosso senso de “eu” em um contexto social. O nosso corpo físico só possui significado em relação ao sistema social, que, por sua vez, nos divide em dois corpos, o *self* ou o “eu” e a sociedade, em constante conflito, buscando um subsumir o outro e ao mesmo tempo se repelindo mutuamente.

Assim, nossa identidade é constantemente fragmentada. Há então um cabo de guerra onde o nosso “eu”, uma construção analítica e virtual (já que somos seres desejosos precisamos de um “fundo” no qual imprimir nossas vontades), entra em contato com uma estrutura “real”, já previamente instaurada muito antes de virmos ao mundo... Já está dada, a realidade estrutural é o fundo no qual buscamos o que buscamos. Como diz Martineau (2013, p. 114):

He will find no better place of study than the Cemetery, – no more instructive teaching than Monumental Inscriptions. The brief language of the dead will teach him more than the longest discourses of the living.

Mas essa “realidade” estrutural é também resultado dessas interações entre as pessoas, entre desejos que começam virtuais e se concretizam reais. Ainda podemos falar em tal separação? Talvez apenas como um tipo ideal, uma ferramenta analítica. O problema, a meu ver, não é a separação em si, mas o grau de poder que cada

---

um possui em nossa sociedade, é a divisão hierárquica que muito incomoda.

Como nos diz Foucault (1967, p. 78):

A nossa época talvez seja, acima de tudo, a época do espaço. Nós vivemos na época da simultaneidade: nós vivemos na época da justaposição, do próximo e do longínquo, do lado-a-lado e do disperso.

Ao mesmo tempo em que privilegiamos o espaço (que nunca é igualitário), acreditamos ter superado a distância, sobreposto as geografias e dissipado o disperso, mas ainda binarizando nossa relação de distribuição espacial. Ainda cremos em um espaço real e um espaço virtual, por mais que esses dois sejam apenas máximas ideais para nos relacionarmos e nos orientarmos em nossas vidas, nunca ações “concretas” no tempo, mas sempre reflexos de intenções e possibilidades.

### **Os usos e desusos dos espaços virtuais/reais.**

Ao discutir a questão da técnica, Heidegger (2007, p. 380) nos convida a refletir sobre o que chama de “desocultamento”:

O que é produzir, por onde atua o quádruplo modo de ocasionar? O ocasionar interessa à presença do que a cada vez aparece no produzir. O produzir leva do ocultamento para o descobrimento. O trazer à frente somente se dá na medida em que algo oculto chega ao desocultamento.

Para ele, a técnica não é um meio de se chegar às coisas, mas sim uma forma de “desabrigar”, em suas palavras, inquietamentos a respeito de algo que se deseja desocultar. É uma forma de “produzir” o que ainda não existe, a técnica é em si virtual, poderíamos dizer. Afinal, como ele mesmo diz, questionamos a técnica como forma de chegar à essência do que é questionado, e todo questionamento é uma forma de pensar o mundo, desessencializá-lo para conceitualizá-lo de acordo com uma intenção (HEIDEGGER, 2007, p. 387).

No caso da internet, pode-se argumentar que, muito além da intenção de sua gênese como forma de comunicação militar, era o desejo de comunicação (a princípio intranet) que jazia por

---

trás da concretude da invenção de tal meio. Tenha sido o desejo de comunicação uma gênese militarista e patriótica como meio de defesa ou, como hoje, sirva para manter as pessoas em contato mesmo em distâncias físicas consideráveis, o uso das comunicações “virtuais” está amplamente difundido.

Para Boyd (2014), apesar da separação conceitual entre a vida *online* e *offline* ainda fazer sentido, elas atendem às mesmas necessidades das pessoas: mobilidade. E não apenas mobilidade virtual, já que a autora chegou à conclusão que, de fato, a internet, ao menos para as pessoas que ela entrevistou em sua pesquisa, servia como um aporte ao mundo físico, era usada para manter contato e de fato estarem próximas umas das outras. Se não possível fisicamente, devido às restrições dos pais, ou qualquer outro empecilho, ao menos virtualmente. Mas tal separação não criava um grau de hierarquia, já que ambos espaços eram importantes, como constatou em sua pesquisa.

Se o uso de ambos os espaços, reais ou virtuais, atendem à necessidade de estarmos próximos uns aos outros, criarmos relações e manter contatos, não faz sentido o argumento de que o virtual pode ser uma fuga do real, uma forma de não enfrentarmos os “verdadeiros problemas” da vida social. Boyd (2014, p. 36) nos mostra que o mundo virtual não está isento de tais conflitos:

Most people are uncomfortable with the idea that their worlds might collide uncontrollably, and yet, social media makes this dynamic a regular occurrence. [...] Without a shared sense of context, hanging out online becomes burdensome.

Há tantos perigos e conflitos no mundo virtual quanto no real, e como ela mesmo diz, sem um contexto em que nos sintamos confortáveis, essa suposta “fuga” para o mundo virtual pode acabar sendo um tiro no pé. Para a autora, a percepção das pessoas, em sua maioria adultas, de que a internet é um mundo perigoso e que temam pela qualidade de tempo que seus filhos e filhas passem por ali, resulta de uma percepção imprecisa de como funciona o mundo *online* e de que os adultos têm uma ideia do que é “socialização” diferente por conta de um *gap* geracional. Apesar disso, a autora mesmo diz que, em seu caso, e possivelmente para pessoas de sua

geração, a internet de fato pôde ter sido uma fuga para um lugar onde fosse mais fácil encontrar espaços de socialização, onde as pessoas compartilhassem um senso comum de mundo mais agradável e partilhassem de uma segurança que não se encontrava no mundo exterior, onde a família e a sociedade nos empurra para dentro de seus modelos preestabelecidos e normativos.

Mas, ao mesmo tempo, justamente pela difusão do mundo *online*, essas normatividades também habitam a internet. Grupos ultranacionalistas xenofóbicos e/ou racistas, grupos religiosos antipolíticas LGBT e de direitos das mulheres e muitos outros discursos de ódio habitam também a internet. Fica cada vez mais difícil estabelecer uma hierarquia quanto a qual desses supostos mundos é “melhor” ou “pior”, uma vez que há perigos em ambos, há resistência em ambos, há satisfação em ambos.

## **A não vidência**

Pensamos a não vidência como um contraponto a esta dicotomia dos espaços, já que tanto um quanto o outro são relativos à experiência da pessoa cega em suas vivências. O senso de “realidade” varia de acordo com as percepções não visuais do mundo exterior, dos discursos proferidos pelas pessoas videntes e a estrutura social, porém, tudo isso é “processado” de acordo com as potencialidades sensoriais-perceptuais das pessoas cegas, claro, juntamente com suas características de classe, gênero, orientação sexual, etc.

O perceber, dentro do não-ver, exige, pois, um exercício de mergulho na realidade tátil, pela via da educação, da arte, da psicologia, da cultura, a fim de que se estabeleça a premissa da colaboração, da dialogicidade, da confluência entre os sentidos humanos, para que, então, a lenda pessoal de uma criança cega possa ganhar cada vez mais o enxerto da experiência, da realidade (BELARMINO, 2009, p. 184).

Para Belarmino (2009), o que chamamos de “mundo real” é, no fundo, uma lenda para a pessoa não vidente. Tenha ela nascido sem visão ou perdido em alguma etapa da vida, de fato, o acesso



à “realidade” como nós a concebemos não se dá mais visualmente e em nossa sociedade; a visão é o sentido mais privilegiado para verificar os fatos e fenômenos em nosso dia a dia (LE BRETON, 2011).

Etimologicamente, “lenda” significa “que será lido; que deve ser lido”. É uma assertiva de que não se pode fugir. A “realidade” do mundo, pautada pelas impressões videntes, é uma construção que não se vê construída, uma “visão” de mundo que não desaparece mesmo de olhos fechados. Estudos de interacionismo simbólico advogam a ideia de que a “realidade” é uma construção que necessita ser pensada como não a-histórica justamente para que perdure no tempo (BERGER; LUCKMANN, 1987).

Apesar de nossas impressões de mundo, histórias de vida e até mesmo nossas possibilidades e alcances futuros derivarem de uma série de confluências e trâmites que nem sempre controlamos ou temos consciência, a perspectiva da autonomia existe para regular as interações. Como essa perspectiva da primazia visual é reafirmada pelas estruturas, é passada para frente e atua de forma a influenciar também as pessoas que não estruturam seus mundos de forma visual, mas acabam sendo estruturadas indiretamente pela visualidade compulsória existente na constituição corporal ocidental:

[...] os agentes sociais são dotados de habitus, inscritos nos corpos pelas experiências passadas: tais sistemas de esquemas de percepção, apreciação e ação permitem tanto operar atos de conhecimento prático, fundados no mapeamento e no reconhecimento de estímulos condicionais e convencionais a que os agentes estão dispostos a reagir, como também engendrar, sem posição explícita de finalidades nem cálculo racional de meios, estratégias adaptadas e incessantemente renovadas, situadas porém nos limites das constrições estruturais de que são o produto e que as define (BOURDIEU, 2001, p. 169).

Esses “esquemas de percepção” são afinados justamente para operar os “atos de conhecimento prático”, pois há entre elas uma relação de construção/decodificação. Não adiantaria

---

criarmos o dicionário sem o conhecimento necessário para que o conseguíssemos entender, por mais que sua escrutinização pudesse aumentar o rol de conhecimento prévio ao dicionário em si.

Assim, o “conhecimento” de mundo (pautado pela gênese e decodificação visual) da pessoa vidente é transmitido de forma oral (pela audiscrição) às pessoas cegas, que, claro, a ressignificam de acordo com suas vivências. Porém, essa ressignificação é sempre mais “difícil”, como já apontamos, ou mais trabalhosa, e pode incorrer que as relações de poder existentes entre a legitimidade que a sociedade dá ao corpo “hábil” e não deficiente interfira nesse processo.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como mencionado, a separação dos espaços em reais ou virtuais não é em si um problema, mas a atribuição hierárquica ou até mesmo simbólica quanto à “utilidade” ou legitimidade de um espaço ou de outro. Ainda há o privilégio do espaço “real”, como Boyd (2014) nos mostra, porém, apenas porque as gerações atuais estão em conflito com as gerações passadas sobre o significado de socialização, onde a primeira já transita entre os dois espaços com maior fluência e os congregando, enquanto a segunda apresenta reservas quanto à legitimidade do espaço virtual. Vimos que ambos atendem funções similares, apesar de apresentarem lógicas diferentes e, tal como a “lenda” do mundo vidente, o espaço virtual (visto como potência para o real) não é um espaço vazio, a ser preenchido pelas impressões de um mundo *offline*, mas sim são espaços concomitantes. É no conflito e no choque, na interação entre ambos que se produzem significados, estes sim “reais”, mas no sentido de realidade contextual para um determinado grupo ou pessoa.

A “realidade” não é apenas o que se pode tocar, pois mesmo as coisas etéreas, como classe ou raça, “tocam” as pessoas de forma realista, definem suas vidas, agem como forças a rodear nossas vivências. Real é o que pode fazer sentido para as pessoas e, nesse caso, a realidade pode também ser virtual, como na não vidência.

---

Em um estudo sobre a imaginação de pessoas que nasceram cegas para identificar se conseguiam ter imaginações “visuais” de objetos que nunca haviam observado visualmente, foi constatado que conseguiam de fato descrever cenas, objetos e situações quase da mesma forma que pessoas videntes (BÉRTOLO; PAIVA, 2001, p. 31-32). A diferença é que descreviam extensamente e usavam menos verbos a encurtar a descrição. Ou seja, mesmo sem uma suposta “realidade” *a priori*, eram capazes de descrever cenários “reais” que, em teoria, nunca tiveram acesso. Isso nos ajuda a pensar nossa divisão conceitual enquanto videntes e o quanto acreditamos que a delegação do espaço real passa por mecanismos que acreditamos dominar, sem mesmo nos questionarmos.

Acreditamos que o mais importante é pensar como ambos os espaços são pensados pelas pessoas e o que trazem consigo nas vivências de fato, nem reais nem virtuais, mas como acontecem. Como se mobiliza o simbólico pelas diferentes estâncias que passam em nosso cotidiano, como interagimos com elas, como elas nos afetam e como as afetamos. Como tais estruturas organizam não só nosso pensamento simbólico, mas nossas próprias percepções corporais. Quanto do espaço orienta o uso de nossas propriedades físico-corporais? Como os diferentes usos do corpo podem ser pensados por meio dessas separações conceituais?

Acreditamos que nosso corpo que nos orienta para organizar e pensar o espaço, mas esse espaço também influencia em nosso corpo e pode, de fato, modificá-lo. Assim, a discussão precisa ser multiespacial, múltipla, interseccional. Pensar não só em como habitamos os espaços que habitamos, mas como eles também nos habitam e nos alteram.

---

## REFERÊNCIAS

BELARMINO, J. S. O que percebemos quando não vemos? *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 21, n. 1, p. 179-184, jan./abr, 2009. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/fractal/v21n1/14.pdf](http://www.scielo.br/pdf/fractal/v21n1/14.pdf)>. Acesso em 14 set. 2015.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1987.

BÉRTOLO, H.; PAIVA, T. Conteúdo visual em sonhos de cegos. *Psicologia, Saúde & Doenças*, v. 2, n. 1, p. 23-33, jul. 2001. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=36220102>>. Acesso em: 14 set. 2015.

BOURDIEU, P. *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOYD, D. *It's Complicated: The Social Lives of Networked Teens*. New Haven, CT: Yale University Press, 2014.

CRENSHAW, K. Mapping the Margins: Intersectionality identity Politics, and Violence Against Women of Color. *Stanford Law Review*, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, jul. 1991.

DOUGLAS, M. *Natural symbols: explorations in cosmology*. 2. ed. London: Barrie and Jenkins, 1973.

FOUCAULT, M. Outros espaços. (Conferência proferida por Michel Foucault no Cercle d'Études Architecturales, em 14 de Março de 1967 – publicado igualmente em *Architecture, Movement, Continuité*, n. 5, de 1984).

HEIDEGGER, M. A questão da técnica. *Scientiæ Zudia*, v. 5, n. 3, p. 375-398, 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ss/article/download/11117/12885>>. Acesso em: 14 set. 2015.

LE BRETON, D. *Antropologia do corpo e modernidade*. Petrópolis: Vozes, 2011.

MARTINEAU, H. *How to Observe: Morals and Manners*. 1838. London: Forgotten Books, 2013.

MEAD, M. *Sexo e temperamento em três sociedades primitivas*. São Paulo: Perspectiva, 1979.